

SEGURANÇA PÚBLICA

Em defesa do decreto federal

Consórcio de governadores do Nordeste afirma que medida sobre uso da força pelas polícias não altera a autonomia dos estados

» VANILSON OLIVEIRA

Em meio à reação de governadores e parlamentares de oposição ao decreto federal que regulamenta o uso da força pelas polícias estaduais, o Consórcio Nordeste saiu em defesa da medida, publicada no último dia 24, no *Diário Oficial da União (DOU)*.

De acordo com o grupo, formado por governadores do Nordeste, o decreto 12.432/2024 “não altera a autonomia dos estados nem as normativas já estabelecidas”. “Ao contrário, ele reafirma a centralidade da prudência, do equilíbrio e do bom senso no exercício da atividade policial. Além disso, sublinha a necessidade de constante modernização das técnicas de atuação, promovendo mais segurança tanto para os profissionais quanto para a sociedade, sempre com a preservação da vida como prioridade absoluta”, diz a nota oficial divulgada ontem.

O Consórcio Nordeste enfatizou que as forças de segurança da região têm a orientação de que “o uso da força letal deve ser reservado como último recurso, exclusivamente em situações de legítima defesa, para proteger vidas — sejam de profissionais ou de terceiros”. “Essa diretriz, já consolidada na prática das nossas corporações, está plenamente alinhada ao decreto do governo federal, que reforça princípios internacionais sobre o uso diferenciado da força, adotados pelas mais avançadas organizações policiais ao redor do mundo”, acrescentou.

A oposição, porém, tem reagido negativamente à medida. Em

Reprodução



A nota dos governadores do Nordeste vai na contramão de gestores estaduais de centro-direita e parlamentares da oposição

vídeo postado nas redes sociais, a vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), expressou descontentamento com o que classificou como falta de diálogo e respeito às realidades específicas de cada estado.

“Como o governo federal pode publicar um decreto sobre como as nossas polícias estaduais devem trabalhar sem conhecer as realidades de cada estado? Isso, no mínimo, é um desrespeito”,

afirmou Celina. Ela destacou que decisões tão sensíveis não podem ser impostas sem uma construção conjunta entre o governo federal, os governadores e os secretários de Segurança Pública. “Falar sobre nós sem nos e falar sobre policiais sem a presença do Fórum dos Secretários de Segurança Pública do Brasil é inaceitável”, completou.

Governadores também se manifestaram contra o decreto,

questionando a legitimidade do Executivo federal para regulamentar questões que, segundo eles, são de competência dos estados.

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), afirmou que pretende recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para contestar a medida. “Sabem quem ganhou um presente de Natal? A bandidagem, no país inteiro! Parabéns aos envolvidos!

Decreto sem diálogo, publicado na calada da noite, sem amparo legal e numa clara invasão de competência”, frisou. “Agora, para usar arma de fogo, as polícias estaduais terão que pedir licença aos burocratas de plantão em Brasília. Uma vergonha.”

Já o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), classificou o decreto como uma “chantagem explícita” contra os estados e acusou o governo



É importante destacar que o Decreto 12.432/2024 não altera a autonomia dos Estados nem as normativas já estabelecidas. Ao contrário, ele reafirma a centralidade da prudência, do equilíbrio e do bom senso no exercício da atividade policial”

Trecho da nota do Consórcio Nordeste

federal de “engessar” o trabalho das polícias. “O crime organizado celebra o grande presente de Natal recebido do presidente Lula: um decreto que lhes garante mais liberdade de ação e promove o engessamento das forças policiais”, criticou.

Em novembro, antes mesmo da publicação do decreto, governadores do Sul e do Sudeste haviam se manifestado contra possíveis mudanças na área. Durante o 12º Encontro de Integração Sul e Sudeste (Cosud), assinaram a Carta de Florianópolis, alertando que qualquer norma que limitasse a ação policial deveria ser discutida de forma colaborativa e respeitando as especificidades regionais.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Na Câmara dos Deputados, bancada da bala promete se mobilizar contra o decreto do governo federal

Limite ao uso da força policial

O decreto, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, estabelece diretrizes nacionais para o uso da força por agentes de segurança pública. O texto, segundo o governo, tem como objetivos promover eficiência, transparência, valorização dos profissionais de segurança pública e respeito aos direitos humanos.

Entre as principais normas, estão a exigência de que o uso de armas de fogo seja adotado apenas como último recurso, aplicado em situações de ameaça real ou iminente. Além disso, a norma proíbe disparos contra pessoas desarmadas em fuga e veículos que desrespeitem bloqueios policiais, exceto quando representarem risco imediato aos agentes ou a terceiros.

Outra determinação importante do decreto é a criação do Comitê Nacional de Monitoramento do Uso da Força (CNMUDF), responsável por fiscalizar, orientar e produzir análises sobre o uso da força policial. O comitê também deverá acompanhar indicadores de letalidade policial, vitimização de agentes, além de propor mecanismos de

Revogação

Pela legislação brasileira, decretos presidenciais podem ser revogados pelo Congresso Nacional, por meio de um PDL, ou pelo Supremo Tribunal Federal (STF), caso a Corte considere que a ação do Executivo viola a Constituição.

controle interno nas instituições de segurança.

Além da reação negativa de governadores, parlamentares da oposição se mobilizam para derrubar o decreto. Membros da chamada “bancada da bala”, composta majoritariamente por políticos ligados às forças de segurança, anunciaram que vão apresentar um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) para suspender a medida.

Os deputados federais Rodolfo Nogueira (PL-MS) e Ubiratan Sanderson (PL-RS) anunciaram que apresentarão PDL contra o decreto. “Ao restringir a atuação policial, o governo Lula coloca em risco a vida

de milhões de brasileiros, enfraquece as forças de segurança”, sustentou Nogueira.

Ante as críticas, o Ministério da Justiça e Segurança Pública rebateu, por meio de nota oficial, as acusações. Afirmou que o decreto foi fruto de um amplo debate ao longo de quase um ano. Segundo a pasta, foram realizadas 15 reuniões com representantes dos estados, comandantes das Polícias Militares, chefes das Polícias Cíveis, do Ministério Público, das Defensorias Públicas, da Associação dos Guardas Municipais, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime no Brasil, do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, do Instituto Sou da Paz e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

“O texto foi construído a partir de um amplo debate entre o governo federal, representantes dos entes federados, dos órgãos de Segurança Pública e da sociedade civil. O objetivo foi o de construir um texto de consenso sobre o uso de instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de Segurança Pública em todo o país”, afirmou o ministério. (VO e Agência Estado)



Leão Amigo

da solidariedade

Transforme Vidas com seu Imposto de Renda!

No DF, uma parte do Imposto de Renda é destinada a instituições sem fins lucrativos, mas ainda não é suficiente para os desafios da nossa comunidade. Ao destinar 6% do seu IR para os projetos da Casa Azul, você ajudará a transformar vidas, combatendo a violência, a pobreza e o trabalho infantil, oferecendo dignidade e esperança a quem mais precisa. A Casa Azul, uma das 100 Melhores ONGs do Brasil, atua há 35 anos no DF, promovendo mudanças reais. Seu apoio pode abrir portas para um futuro melhor.

Depósito até 30/12/2024

na conta do Fundo da Criança e do Adolescente do DF
CNPJ 15.558.339/0001-85, Banco BRB (070)
Agência 100, Conta Corrente 100044149-8.

CHAVE PIX: CNPJ: 15.558.339/0001-85

Envie o comprovante para 61 99819-6160 e vincule sua doação aos projetos da Casa Azul.

Dúvidas? Estamos aqui para ajudar! Entre em contato com a Casa Azul para mais informações 99168-6481

Sua contribuição é o primeiro passo para um futuro mais justo. Conheça nosso trabalho e emocione-se com as histórias que estamos criando. Escaneie o QR Code ao lado para saber mais.

